

REFLETINDO SOBRE AS QUESTÕES POPULACIONAIS NESTE FINAL DE SÉCULO

Elza Berquó

RESUMO

A autora faz uma retrospectiva sobre as questões populacionais no século XX, com ênfase nas perspectivas neomalthusianas de controle do crescimento populacional, voltadas sobretudo aos países do Terceiro Mundo. Descreve e comenta a evolução dos debates em torno de tais questões nos seguintes âmbitos: as Conferências Internacionais de População das Nações Unidas; a atuação da Organização Mundial de Saúde; as postulações do movimento feminista; e o campo dos estudos demográficos.

Palavras-chave: estudos populacionais; neomalthusianismo; direitos reprodutivos.

SUMMARY

In her review of twentieth-century population issues, the author emphasizes neo-Malthusian perspectives on population control, which were directed especially towards Third World countries. The article describes and comments the development of discussions on these issues in various contexts: the United Nations' International Population Conferences; the World Health Organization's activities; the feminist movement; and the academic field of demographic studies.

Keywords: population studies; neo-Malthusian perspectives; reproductive rights.

Fazer reflexões em um momento como este, em que vai se encerrando o século, leva-nos a percorrer uma trajetória retrospectiva que enseja balanços e análises sobre os complexos processos que marcaram as transformações ocorridas nas distintas sociedades. Na questão dos direitos reprodutivos, encontramos um elo entre as preocupações de lideranças feministas nas primeiras décadas do século e, mais tarde, a intensa atuação do movimento de mulheres, que culminou na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, de 1994. Quanto à saúde reprodutiva, verificamos que nos últimos cinquenta anos a Organização Mundial de Saúde avançou e recuou várias vezes no intuito de se engajar politicamente e contribuir cientificamente na área da reprodução humana.

No campo dos estudos de população, o desequilíbrio entre as taxas de crescimento das populações do mundo em desenvolvimento e do já desenvolvido inspirou aos governos e agências internacionais o ressurgimento da idéia de controle populacional preconizada por Malthus, mas

desta vez calcada na anticoncepção ampla e não apenas na regulação da procriação baseada na virgindade, retardo na idade ao casar e abstinência conjugal. Assim, o chamado "neomalthusianismo" norteou durante décadas as decisões políticas voltadas ao Terceiro Mundo, tal como procuraremos aqui discutir retrospectivamente.

Os 50 anos das Nações Unidas, as Conferências de População e o neomalthusianismo

Nos mais de cinquenta anos de atuação das Nações Unidas, as questões sobre população sempre ocuparam papel de destaque em sua agenda. Criada em 1945, estabeleceu sua Comissão de População um ano mais tarde, a qual teve como tarefa, após calorosos debates, preparar estudos e informar o Conselho Econômico e Social da ONU sobre tamanho e estrutura populacionais e suas mudanças, interações entre fatores demográficos, sociais e econômicos e políticas delineadas com o propósito de influenciar as dinâmicas populacionais.

A despeito de diferenças de opinião, principalmente quanto a incluir políticas em seu mandato, a Comissão foi capaz de decidir sobre um programa de trabalho e estabelecer uma Divisão de População, o que permitiu à ONU desenvolver uma série de estudos e publicações sobre causas e conseqüências da dinâmica demográfica que iriam influenciar suas agências especializadas, como FAO, OIT, Unesco e OMS, em razão das implicações setoriais — alimentação, emprego, educação e saúde — das relações entre população e desenvolvimento. O *Demographic Year Book*, publicado pela primeira vez em 1948, tornou-se peça central de referência, termômetro mundial das questões populacionais, medidas anualmente.

Uma demonstração de que o mundo assumiu forte preocupação com o campo da população por meio da ONU foi a realização da sua primeira Conferência Mundial de População, em Roma, 1954, contando com a participação de oitenta países. O co-patrocinio da União Internacional para o Estudo Científico da População (Iussp), ao conferir caráter científico ao encontro, não evitou um acalorado debate sobre o papel da população no desenvolvimento dos países capitalistas do Ocidente e daqueles de economia planejada e centralizada, ficando a maior parte do Terceiro Mundo como mera espectadora. Entre as conclusões figuraram questões de caráter político sobre a possibilidade de que o crescimento populacional viesse obstar expectativas de progresso econômico, de modo que todos os governos deveriam estudar as inter-relações entre população, crescimento econômico e progresso social e levá-las em conta na implementação de políticas.

No final dos anos 50 a ênfase passou da magnitude das populações para as taxas de crescimento, e a lista de países que experimentavam tais

"problemas" expandiu-se da Ásia para incluir todos os países do Terceiro Mundo (é de 1956 a publicação de *A bomba populacional* de Hugh Moore).

À Conferência de 1954 se seguiram outras quatro, a cada dez anos, com o fim de aprovar recomendações e planos de ação e aferir e avaliar o cumprimento de compromissos assumidos nas conferências anteriores. A de Belgrado, de 1965, também co-patrocinada pela Iussp, pretendeu igualmente ser uma reunião de caráter técnico-científico, mas a emergência de certos temas denotou a permanente presença de uma visão neomalthusiana, embora não se alcançasse consenso. Salientava-se que os ganhos recentes no controle de doenças poderiam ser descompensados pela fome e a desnutrição e que em vários países com alta fecundidade as tentativas de desenvolvimento econômico eram frustradas pelo rápido crescimento populacional. Surgiram discussões sobre a possibilidade de o sistema das Nações Unidas tornar-se um referencial essencial para ações nacionais e supranacionais. Assim, os estudos sobre população deveriam ser estendidos além dos tópicos tradicionais da demografia, da medicina e da biologia. Esta posição, a nosso ver, foi o sinal decisivo para a idéia da criação, no âmbito das Nações Unidas, do United Nations Fund for Population Assistance (UNFPA), o que se concretizou em 1969. Vale salientar que em quatro anos os recursos do Fundo mais que quadruplicaram.

A bipolaridade da ONU nas atividades em população torna-se explícita na terceira conferência, de 1974, em Bucareste: Divisão de População e UNFPA passam a ter territórios bem-definidos no cenário populacional. Primeira de caráter governamental oficial, a Conferência de Bucareste foi palco de grandes controvérsias quanto ao controle populacional. Os países em desenvolvimento se opuseram à visão dos mais ricos de que o rápido crescimento populacional dos países pobres se constituía em séria barreira ao desenvolvimento. Este foi o momento de maior tensão e polarização entre "controlistas" e "não-controlistas". Para o bloco socialista a população seria um "fator neutro", cujos problemas se deveriam unicamente às injustiças dos sistemas econômicos e à propriedade desigual dos meios de produção. Embora o Plano de Ação da Conferência não contivesse metas temporais explícitas para as taxas de fecundidade, estas decorriam de uma simples aritmética das metas propostas para a taxa anual de crescimento da população e a expectativa de vida ao nascer. Vale salientar que Bucareste-74 oficializou o conceito de paternidade responsável.

Ao abrir a Conferência Internacional de População do México, de 1984, o UNFPA enfatizou a necessidade da estabilização da população mundial — isto é, o "crescimento zero" — dentro do mais curto período de tempo possível. Para o UNFPA, esta estabilização tornaria menos difícil aos países em desenvolvimento melhorar seus padrões de vida. O planejamento familiar voluntário, respeitados os direitos humanos individuais, crenças religiosas e valores culturais, era visto como a panacéia para resolver a pobreza instalada no Terceiro Mundo e intensificada com os programas de

reajuste estrutural em marcha nos anos 80. Pela primeira vez aparecia explicitamente certa instrumentalização da mulher visando o planejamento familiar, pois melhorar seu *status* e seu papel era visto como meta importante em si mesma, mas também porque isso influenciaria a vida familiar e seu tamanho de forma positiva.

A Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo (1994), beneficiando-se da Conferência de Direitos Humanos de Viena (1993), reafirmou a aplicação dos direitos humanos a todos os aspectos das questões populacionais. Embora não explicitasse metas demográficas, como a conferência predecessora, o neomalthusianismo esteve presente em seus preâmbulos, ressurgindo ao longo do Plano de Ação. Assim, após chamar a atenção para o tamanho da população mundial e seu incremento absoluto, enfatizou que esta situação continuaria até 2015 e que no curso dos seis anos restantes da década as nações fariam opções, mediante sua ação ou inércia, quanto a seus futuros demográficos.

Reflexos da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) também se fizeram sentir na Cairo-94 ao se propugnar o crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento sustentável. Pode-se afirmar que a questão ambiental veio reforçar as teses do neomalthusianismo, como atesta o item 3.14 do documento:

Em muitos países, crescimentos populacionais mais moderados proporcionaram-lhes mais tempo para se ajustar aos futuros aumentos de população. Isso lhes incrementou a capacidade de combater a pobreza, preservar e recuperar o meio ambiente e construir as bases para um desenvolvimento sustentável. Uma simples década de transição para a estabilização dos níveis de fertilidade tem um considerável impacto positivo na qualidade de vida das populações.

Os 50 anos da OMS e sua contribuição na área da saúde reprodutiva

Embora a Liga das Nações não tivesse participado oficialmente da Conferência Mundial de População de Genebra, em 1927, sua Divisão de Saúde deu considerável apoio aos organizadores, e em 1932 sua Organização de Saúde preparou um relatório incluindo as questões do aborto e do controle da natalidade, o que lhe custou alguns problemas no futuro.

O preâmbulo para a constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1946, ao definir saúde como o completo estado de bem-estar físico, mental e social e não apenas como ausência de doença ou enfermidade, permitiu a seus dirigentes interpretar que se um governo, ao julgar que o crescimento populacional de seu país constituísse um problema de saúde, recorresse à assistência da OMS, esta teria o dever de

atender. Este debate foi ampliado na 5ª Assembléia Mundial de Saúde, em 1952, em que alguns países apoiaram a tese de que, do ponto de vista médico, problemas populacionais não requereriam qualquer ação específica por parte da OMS, enquanto certos países do Terceiro Mundo insistiam na relevância da "explosão demográfica" para o mandato da OMS. Por fim, a maioria dos membros da Assembléia se opôs ao envolvimento da Organização em atividades de planejamento familiar, de modo que, na prática, colocou-se um ponto final a qualquer expansão da OMS nessa área. Ficou estabelecido claramente, a partir de 1953, que os governos que recorressem à Organização para assistência nesta área estavam informados de que essas atividades, por mais relevantes que fossem, não faziam parte do mandato da OMS.

Na Conferência Mundial de População de 1954, em Roma, já protagonizada no âmbito das Nações Unidas, a OMS não participou ao lado das demais agências especializadas, por sofrer ainda sérias críticas internas ao seu envolvimento em questões de população. Esta situação, entretanto, iria mudar na década seguinte. A necessidade de tal envolvimento foi expressa nos debates das Assembléias Mundiais de Saúde de 1963 e 1964 — que precederam a Conferência Mundial de População de Belgrado, de 1965 — por um grande número de países em desenvolvimento. Em 1965 a OMS realizou e publicou vários estudos sobre reprodução humana.

Na Assembléia Mundial de Saúde de 1966, vários países propuseram uma resolução instando a OMS a incluir em suas atividades a provisão de assessoria para elaboração, execução e avaliação de programas de planejamento familiar, mas aprovou-se proposta menos radical, da direção da OMS, segundo a qual esta poderia, quando solicitada por seus membros, oferecer tal assessoria como parte de um serviço organizado de saúde. Note-se que a ênfase até então colocada pela OMS no treinamento de médicos e na importância dos serviços nacionais de saúde para programas de erradicação de doenças — mediante o controle da malária, febre amarela, cólera e tracoma —, todos bem-sucedidos, ajudou a criar uma infra-estrutura essencial à implantação de programas de planejamento familiar. A OMS foi então autorizada a dar assistência também no treinamento de equipes responsáveis por atividades de planejamento familiar.

Nesta oportunidade, a Organização declarou que não endossava nem promovia nenhuma política populacional, postulando que o problema da reprodução humana envolve uma unidade familiar e a sociedade e que o tamanho da família é de inteira liberdade de escolha de cada indivíduo na família. Esta declaração implicava definir seu papel no estrito campo da saúde. Desta forma, nos anos que se seguiram a OMS fez grandes investimentos em pesquisas médicas, biológicas e epidemiológicas sobre métodos anticoncepcionais: sua eficácia, eficiência, efeitos colaterais. Mais tarde, as ciências sociais e do comportamento passariam a integrar dimensões importantes dos estudos da OMS na área da reprodução humana.

Durante a Conferência Internacional de População do México de 1984, o diretor geral da OMS, M. S. Fathalla, referiu-se ao programa "Saúde para todos até o ano 2000", instituído na Conferência de Alma-Ata de 1977, no âmbito do qual a atenção básica constituía a chave para os problemas de saúde e cujas características mais importantes eram o cuidado com as famílias, o respeito ao *status* da mulher e o cuidado materno-infantil, que incluía o planejamento familiar. Enfatizou que o planejamento familiar poderia levar à melhoria da saúde e bem-estar das mães e crianças e, portanto, de toda a família. Salientou ainda a relevância de se incluir a participação do homem no planejamento familiar, informando que no âmbito da OMS estavam sendo realizadas pesquisas sobre a pílula masculina e acenando para as vantagens de uma vacina anticoncepcional para homens.

Nos anos seguintes a OMS deu passos importantes no sentido da extensão de seu conceito global de saúde à área da reprodução, cunhando em 1988 a denominação "saúde reprodutiva". O surgimento da Aids e a preocupação com o aumento de doenças sexualmente transmissíveis trouxeram para a sua agenda as questões ligadas à sexualidade e à saúde sexual. Para Fathalla, no contexto da OMS

saúde reprodutiva deve conter os seguintes elementos básicos: (a) que todos tenham autonomia tanto para a reprodução como para regular a fecundidade; (b) que as mulheres tenham gestações e partos seguros; e (c) que o resultado da gestação seja bem-sucedido em termos do bem-estar da mãe e sobrevivência do recém-nascido. Além disso, os casais devem poder ter relacionamentos sexuais sem medo de gravidezes indesejadas e de contrair doenças sexualmente transmissíveis.

Esta concepção vai orientar toda a fase de preparação da Conferência do Cairo no que se refere à reprodução. Mulheres organizadas de todo o mundo aderem à idéia de um conceito mais amplo do que aquele do planejamento familiar, em virtude de sua própria limitação e de sua vinculação a visões neomalthusianas. O Cairo, após calorosos debates, amplia e ratifica o conceito de saúde reprodutiva:

A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social em todos os assuntos concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não a simples ausência de doença ou enfermidade. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo autonomia para a reprodução e liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo.

As mulheres em prol de seus direitos

Não se pode deixar de considerar que, por mais controversa que tenha sido a conduta da feminista Margareth Sanger no início do século, ela e suas seguidoras, mulheres de classe média e sufragistas radicais, adotaram o controle da natalidade como bandeira de reforma política visando os direitos e a emancipação da mulher, inclusive a sexual. Para tanto, pagaram altos preços éticos, ora negociando com os controlistas, ora aceitando a lógica dos eugenistas. Embora Sanger nunca tivesse aprovado que o Estado forçasse as mulheres a ter filhos, aceitou que aquele limitasse a reprodução dos excluídos (portadores de doença hereditária, os que já houvessem tido uma criança com má-formação ou os pobres), oferecendo bônus ou pensão anual a todos os que se submetessem a esterilização por meios científicos e inofensivos.

O prestígio de Sanger na época pode ser apreciado pela Conferência Mundial de População realizada em Genebra em 1927, por ela convocada. Embora a Liga das Nações não participasse oficialmente da iniciativa, ofereceu razoável suporte. No início dos anos 40, e sob a influência de sua luta, surgiu o Planned Parenthood Movement. Na tentativa de torná-lo internacional, Sanger organizou, em 1948, o Congresso Internacional de População e Recursos Mundiais em relação à Família, na Inglaterra, contando com a participação da recém-criada ONU. Ela também integrou o comitê que estabeleceu formalmente a International Planned Parenthood Federation, sendo sua co-diretora de 1952 a 1959, onde pôde continuar imprimindo sua crença feminista de que o controle da fecundidade era essencial à emancipação das mulheres.

Quando aceitou a medicalização da contracepção e o planejamento familiar como molas-mestras dos programas sociais e de saúde, Sanger, na visão da grande maioria das feministas, traiu sua causa. Aliás, segundo Dixon-Mueller, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa a retórica feminista diminuiu à medida que se estabeleceu o planejamento familiar como domínio da profissão médica¹.

Segundo Hodgson e Watkins, o período 1945-65 é caracterizado por uma aliança pacífica entre um crescente número de neomalthusianos e um fraco movimento feminista pela reprodução planejada². Esse período termina com o estabelecimento da National Organization for Women, ao lado da adoção de uma política internacional neomalthusiana pelo governo norte-americano.

Para McIntosh e Finkle, mesmo com o *revival do feminismo* nos anos 60 e início dos 70, a preocupação com a luta para melhorar o acesso aos métodos de planejamento familiar deixou passar sem críticas o crescimento do movimento internacional do planejamento familiar, apoiado agora em crescentes recursos e redes globais do movimento neomalthusiano³. Já segundo Hodgson e Watkins⁴ o período 1965-74 é caracterizado pelo início das críticas feministas aos programas internacionais de população, embora ignoradas pelo *establishment*.

(1) Dixon-Mueller, Ruth. *Population policy and women's rights: transforming reproductive choice*. Westport: Praeger, 1993.

(2) Hodgson, Dennis e Watkins, Susan C. "Feminists and neo-malthusians: past and present alliances". *Population and Development Review*, 23(3), 1997.

(3) McIntosh, Alison e Finkle, Jason L. "The Cairo Conference on Population and Development". *Population and Development Review*, 21(2), 1995.

(4) Hodgson e Watkins, op. cit.

A "Década da ONU para o Avanço da Mulher", 1975-85, pode ser considerada um marco significativo na luta das mulheres. Encorajou ativistas, pesquisadoras e formadoras de opinião de todo o mundo a formular e conduzir projetos voltados ao fortalecimento do *status* econômico e político das mulheres. Foi então que as mulheres tiveram clareza de que as desigualdades de classe não bastavam para explicar sua situação de vida. Havia mais: uma enorme assimetria de gênero. Esse período se beneficiou também da posição da comunidade internacional na Conferência de Bucareste em 1974, que rejeitou a idéia de uma campanha internacional para o controle da fecundidade, adotando uma posição desenvolvimentista.

Como assinalam Hodgson e Watkins⁵, o combate ao movimento "*pro-life*" unificou feministas em torno de uma agenda reprodutiva "*pro-choice*", que se tornou um imperativo para a identidade feminista. As conferências internacionais deram oportunidades às mulheres de todo o mundo de se conhecerem e se solidarizarem.

(5) Ibidem.

A Década da Mulher não só estimulou a produção de grande quantidade de informações sobre a situação da mulher no mundo em desenvolvimento, como também abriu possibilidades para o surgimento de organizações não-governamentais contemplando a questão da mulher. Surgiram trabalhos elaborados por feministas que faziam severas críticas, do ponto de vista ético, à visão neomalthusiana dos problemas populacionais e à instrumentalização dos programas internacionais de planejamento familiar.

Embora a Rio-92 tenha excluído o tema "população" das discussões formais, intenso debate ocorreu entre ambientalistas e feministas no Fórum das ONGs. Ativistas da área da saúde temiam que os ambientalistas, ao estabelecerem uma conexão direta entre crescimento populacional e degradação ambiental, acabassem por recolocar e reforçar a dimensão demográfica das políticas populacionais, já amplamente refutadas dentro do movimento.

A preparação da Conferência do Cairo representou um período de grande efervescência dos movimentos feministas dos cinco continentes, que demonstraram tenacidade e clareza de objetivos. A Declaração das Mulheres sobre Políticas de População, com ampla circulação graças à Internacional Women's Health Coalition, mobilizou as lideranças de todo o mundo e produziu confrontos na 2ª Conferência Preparatória do Cairo, em 1993, em face do temor de que a agenda das mulheres pudesse ofuscar e preterir os objetivos sobre as questões populacionais.

Com o fim de acomodar as demandas das mulheres, decidiu-se pela inclusão de dois novos capítulos no documento do Cairo: "Gender equality and the empowerment of women" e "Reproductive rights, reproductive health, and family planning". Para deixar claro o reconhecimento de vários conceitos sobre a família, foi incluído o capítulo "The family, its roles, composition and structure". Capítulos básicos no que diz respeito às reivindicações das mulheres, os dois primeiros sofreram modificações no

Cairo, favorecendo ainda mais as aspirações femininas: inseriu-se "eqüidade" ao lado da "igualdade de gênero" no título daquele primeiro e suprimiu-se "planejamento familiar" no do segundo.

O Plano de Ação do Cairo reflete com nitidez a agenda de prioridades que as mulheres de todo o mundo, por meio de suas redes de lideranças, foram construindo durante os anos de preparação da Conferência. Foram elas que orientaram o eixo da questão populacional, ao colocar a regulação da fecundidade no plano dos direitos individuais e ao exortar a necessidade de humanidade nos casos de aborto não previstos em lei. Como consequência, o planejamento familiar *stricto sensu* perdeu *status* e assistiu-se no Cairo à consagração dos direitos reprodutivos.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995, tratou de capítulos da maior importância, como "a mulher e a pobreza", "a violência contra a mulher", "a mulher e os conflitos armados", "a mulher e a economia, o meio ambiente e os meios de comunicação", "educação e treinamento da mulher" e "a mulher no poder e na tomada de decisão". No campo da saúde reprodutiva foi feito um redobrado e bem-sucedido esforço para manter a linguagem do Cairo. Um novo parágrafo referente à sexualidade merece destaque:

Os direitos humanos da mulher incluem o seu direito a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e decidir livremente com respeito a essas questões, livres de coerção, discriminação e violência. As relações igualitárias entre a mulher e o homem a respeito das relações sexuais e da reprodução, incluindo o pleno respeito à integridade pessoal, exigem o respeito e o consentimento recíprocos e a vontade de assumir conjuntamente a responsabilidade e as consequências do comportamento sexual⁶.

(6) Organização das Nações Unidas. *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, item 96, p. 78.

Descortina-se desde então para as mulheres a tarefa de zelar pelo respeito a esses direitos.

A perspectiva política e o campo da demografia

Por sua própria natureza, a demografia é uma disciplina orientada política e socialmente, de modo que a consideração de seu percurso histórico requer cautela. Formada pela confluência de duas tradições ou raízes até certo ponto independentes — matemática atuarial e economia política —, a demografia, como disciplina, instalou-se bem mais tarde do que as demais no domínio das ciências sociais. Herdeira de um sólido e sofisticado arsenal de técnicas e modelos quantitativos provenientes do

rigor da matemática e da estatística, ela teve seu desenvolvimento também influenciado por sua relação com as políticas públicas.

Greenhalgh nos oferece uma excelente visão crítica do desenvolvimento deste campo nos Estados Unidos nos últimos cinquenta anos⁷. Ainda que restrita, sua análise não perde força, uma vez que a demografia americana é responsável pelo maior volume da produção mundial, além de também influenciá-la.

Pode-se afirmar que a demografia funcionou como caixa de ressonância dos processos políticos internacionais da segunda metade do século. A emergência norte-americana na II Guerra Mundial como líder de uma nova ordem mundial e a Guerra Fria desencadearam uma forte demanda de pesquisa demográfica por parte de planejadores internacionais e *policy-makers* americanos. A preocupação com a superpopulação do Terceiro Mundo, em face do marcante declínio da mortalidade infantil no pós-guerra, inspirou, em 1945, um *revival* da chamada "transição demográfica", ordenando os países em um esquema evolucionista que ia da pré-transição (tradicional) à transição e à pós-transição (moderno). Essa tentativa de associar o processo da evolução da fecundidade no Terceiro Mundo a um estilo ocidental de modernização socioeconômica marcou o campo durante alguns anos e ocupou grandes contingentes de demógrafos, que para tanto contaram com muitos recursos. Como planejadores do desenvolvimento, os demógrafos formularam cenários possíveis para o planejamento econômico dos países do Terceiro Mundo. Os modelos eram, em parte, alimentados por levantamentos sobre anticoncepção conduzidos em vários países em desenvolvimento.

Para Greenhalgh⁸, a demografia americana se colocou na linha de frente dos programas de planejamento familiar, de modo que estes se transformaram no braço político da disciplina. A aprovação pelo Congresso americano, em 1967, de recursos para promover programas de planejamento familiar no Terceiro Mundo e mais tarde melhorar sua eficiência via pesquisa operacional, por meio da Agency for International Development, favoreceu a perspectiva "*policy-oriented*" da disciplina, expondo-a a aceitar padrões e critérios nem sempre consonantes com as normas da pesquisa acadêmica. Para Hodgson,

*nesta nova perspectiva o demógrafo tornou-se um defensor e um proponente de mudança. Desta forma, ele passou a usar um menor nível de abstração em suas análises por ter de especificar ações especiais para produzir a mudança desejada*⁹.

A postulação de que nos países não industrializados a alta fecundidade impede o desenvolvimento, bem como a aceitação ativa de uma agenda intervencionista, puseram em risco a credibilidade do campo e a integridade intelectual de uma boa parte da profissão. A preponderância

(7) Greenhalgh, Susan. "The social construction of population science: an intellectual, institutional, and political history of twentieth-century demography". *Comparative Studies in Society and History* 38(1), 1996.

(8) Ibidem.

(9) Hodgson, Dennis. "Demography as social science and policy science". *Population and Development Review*, 9(1), 1983.

de artigos sobre questões ligadas à fecundidade nas principais revistas especializadas da área atesta o quanto as "policies" influenciaram o pensamento demográfico.

Considerável redução de recursos para a área ocorre a partir dos anos 80, em grande parte determinada pelo ritmo descendente da fecundidade no Terceiro Mundo¹⁰. Assim, a demografia seguiu dois caminhos. De um lado, a área mais envolvida em "policy-research" reagiu destacando a necessidade da continuação da provisão de fundos para evitar que o ritmo de crescimento populacional ressurgisse com efeitos deletérios sobre a saúde materno-infantil, o status da mulher e o meio ambiente. De outro, a área mais ligada aos estudos sobre determinantes dos níveis de fecundidade buscou alternativas para a fracassada teoria da transição. Segundo Greenhalgh¹¹, cresceu o interesse pela "cultura" como uma das "variáveis" que a pesquisa empírica mostrara relacionadas com o declínio da fecundidade, o que levou a ampliar os contornos da disciplina para incluir algum trabalho antropológico e um olhar para a demografia do passado. Quanto à demografia histórica, muito vem sendo feito na recuperação dos séculos XVII a XIX.

A tentativa de construção de uma "teoria da difusão", cuja finalidade última é buscar explicações sobre como o controle da fecundidade se difundiu, parece que terá o mesmo destino de sua antecessora. O longo afastamento do campo da demografia em relação aos estudos de outras áreas e o pouco trato com a teoria social geral restringiram o alcance da disciplina. Conceitos como, por exemplo, reprodução como um constructo social ou gênero como um relacionamento político e de poder, ambos centrais na compreensão da fecundidade, não têm feito parte da agenda da demografia. A propósito, Presser adverte:

*Enquanto as questões de gênero vêm se tomando centrais na arena das políticas de população, permanecem marginais no campo demográfico, e esta marginalidade tem conseqüências negativas para o desenvolvimento da demografia como uma ciência*¹².

(10) Para Donaldson, o "campo carece de senso de discernimento e de um corpo de metas concertadas. O movimento internacional de planejamento familiar parece ter ficado definitivamente para trás" (Donaldson, P. J. *Nature against us: the United States and the world population crisis, 1965-80*. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1990).

(11) Greenhalgh, op. cit.

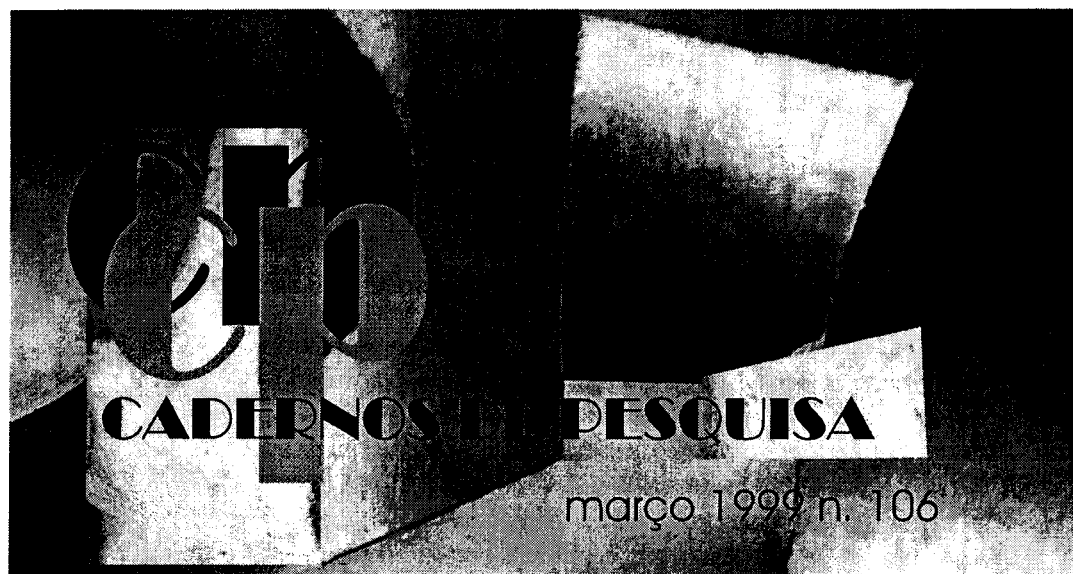
(12) Presser, Harriet B. "Bringing gender in: demography, feminism, and the science-policy nexus". *Population and Development Review* (no prelo).

Recebido para publicação em 23 de setembro de 1999.

Elza Berquó é presidente da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, coordenadora da área de População e Sociedade do Cebap e do Programa de Saúde Reprodutiva e Sexualidade do Nepo-Unicamp. Publicou nesta revista "Derrubando muralhas em Pequim" (nº 43).

Novos Estudos
CEBRAP

N.º 55, novembro 1999
pp. 71-81



TEMA EM DESTAQUE:

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: ENTRE MEIOS E MEDIAÇÕES

Mauro Wilton de Sousa

O PROGRAMA TV ESCOLA: DESAFIOS À INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS

Sônia M. Draibe e José Roberto Rus Perez

O BINÔMIO COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: COEXISTÊNCIA E COMPETIÇÃO

Luiz R. Busato

FORMAÇÃO DE DOCENTES A DISTÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE UM PROGRAMA

Elba Siqueira de Sá Barretto, Regina Pahim Pinto e Angela Maria Martins

OUTROS TEMAS:

A MULHER, A CRIANÇA E SEUS DIREITOS

Maria M. Campos

LEITURA E ESCRITA DE PROFESSORES EM SUAS HISTÓRIAS DE VIDA E FORMAÇÃO

Sônia Kramer

RAÍZES DA HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL BRASILEIRA (1881 -1922)

Moysés Kuhlmann Jr.

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO EM SITUAÇÃO POLIÁDICA DE CRECHE

Eulina da Rocha Lordelo e Ana Maria Almeida Carvalho

A RELAÇÃO ESCOLA-PAIS: UM MODELO DE TROCAS E COLABORAÇÃO

Eliana Bhering e Iram Siraj-Blatchford

TEMAS EM DEBATE:

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Celso de Rui Beisiegel